



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão do Termo de Parceria

Relatório de Monitoramento 10º PA - SEJUSP/AGM

Belo Horizonte, 03 de novembro de 2021.

**CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E
 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO ELO**

10º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO: 01 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 2021

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão nº 02/2019, no período de 01/04/2021 a 30/06/2021, com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio dos Relatórios Gerenciais de Resultados - RGR e Relatórios Gerenciais Financeiros - RGF.

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/18 e do artigo 52 do Decreto Estadual nº 47.553/18, será apresentado neste o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, bem como sua análise.

Frisa-se que a Comissão de Monitoramento contou com as contribuições dos servidores da SUPEC para a elaboração deste Relatório, uma vez que estes possuem informações qualificadas sobre a execução dos programas que compõem a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, objeto do Contrato de Gestão nº 02/2019.

De uma maneira geral, o 10º período avaliatório foi marcado ainda pelas consequências da pandemia e do Programa Minas Consciente, no qual estabeleceu medidas mais restritivas e obrigatórias para o enfrentamento da COVID-19. Os impactos dessas medidas nos indicadores do Programa de Trabalho do Contrato de Gestão foram consideráveis e tiveram graus e situações diversas em cada indicador. Nesse sentido, serão apresentados os resultados bem como informações relevantes em cada indicador pactuado.

Destaca-se que os profissionais que apresentavam suspeita ou confirmação de COVID-19 tiveram remanejamento do formato de trabalho, ou seja, do presencial para o teletrabalho, reorganização das agendas e, em alguns casos, houve afastamento/atestado dos mesmos para cuidados médicos. Para as trabalhadoras grávidas, medidas de segurança também foram tomadas, tais como a atuação em *home office* para a preservação da saúde e da gestação e em atendimento à legislação vigente.

Quanto a descrição contida na Introdução do Relatório Gerencial de Resultados do 10º período avaliatório, mister se faz alguns esclarecimentos. O Instituto Elo relata que os Programas Fica Vivo e Se Liga estão mais expostos aos desafios da pandemia e cita a retomada do trabalho presencial nos programas PRESP, CEAPA e Mediação de Conflitos como contraponto ao cenário. Entretanto, os Programas Fica Vivo e Se Liga também retomaram ao trabalho presencial. O que difere realmente dos demais é porque a principal forma de atendimento são as oficinas e essas estão sendo retomadas de maneira gradativa, sendo que somente em Montes Claros e Uberlândia houve condições de iniciar a retomada gradual das atividades presenciais.

No tocante ao Programa Se Liga, destaca-se a continuidade do cenário decorrente da pandemia que perdurou no impacto expressivo nos atendimentos, considerando que as atividades que envolvem o contato presencial com os adolescentes acautelados, essenciais para a vinculação e manutenção das ações do Programa, permanecem suspensas por tempo indeterminado. Concomitantemente, a implementação recente do formato de co-gestão das Unidades Socioeducativas de Minas Gerais afetou significativamente o corpo técnico das Casas de Semiliberdade e dos Centros Socioeducativos e, conseqüentemente, os alinhamentos da parceria com o Se Liga, que envolvem os fluxos, cronogramas de ações e os atendimentos direto ao público do Programa em suas diferentes modalidades.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			10º Período Avaliatório Abr/21 a Jun/21	
1	Programa Mediação de Conflitos			
	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	9.900
				11.922

		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.110	1087
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	3.880	5.220
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2.880	19
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	6.670	27,3
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	52.053	4.553
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	212	162
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	360	192
		3.2	Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	4	60%	1,2%
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	108	476
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	28.766	18.661
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	5	72%	75,1%
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	1.272	3.104
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	8.683	7.501
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	83,33%
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	564	753
6	Programa Selo Prevenção Minas	6.1	Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	4	600	411
7	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	7.1	Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	1	100%	-
		7.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	15	12,4
		7.3	Participação em Capacitações	1	1.004	946
8	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	8.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	3	26	26
		8.2	Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	3	3	3
		8.3	Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga	3	3	3
		8.4	Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas	3	3	3
9	Gestão da Parceria	9.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	2	100%	-
		9.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	2	100%	-
10	Projeto Qualificação e Empreendedorismo	10.1	Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	2	0	-
		10.2	Percentual de Formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	2	0	-

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados

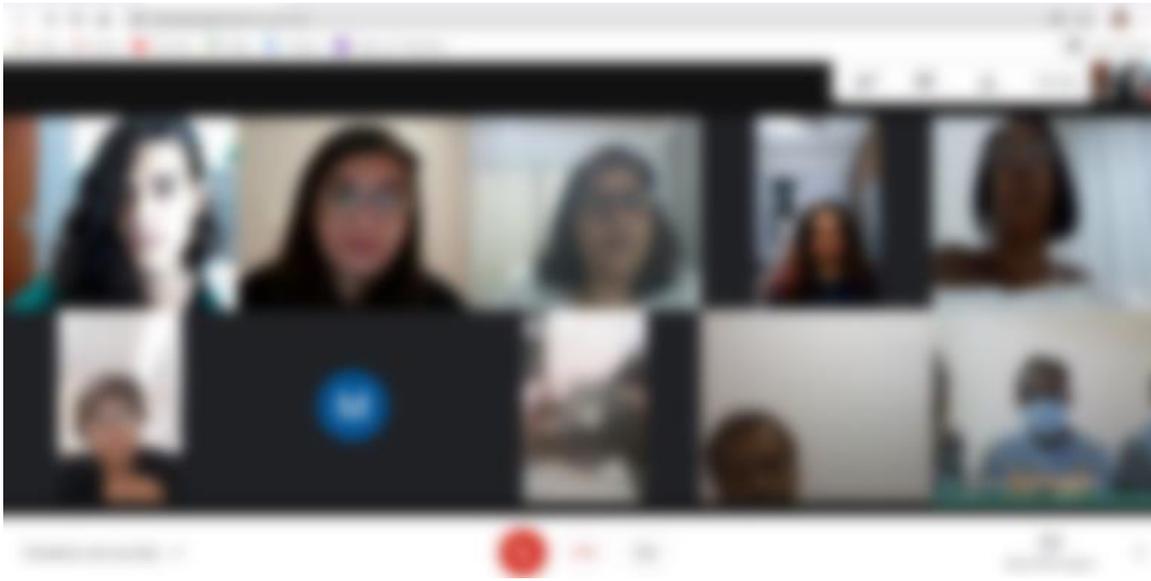
Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

A Diretoria de Proteção à Mulher – DPM/SUPEC corrobora com as informações da OS sobre as questões relacionadas à pandemia.

Além disso, destaca que embora o teletrabalho prejudique o contato mais próximo com os moradores dos territórios, o que se percebeu foi que as equipes, a rede de proteção e o público atendido se adaptaram, de forma significativa, ao formato virtual para atendimentos e reuniões não presenciais, devido à construção de formatos junto ao público, frente às necessidades e recursos disponíveis, especialmente nos casos de diálogo coletivo.

Também foram construídas novas estratégias de divulgação a partir dos aplicativos de mensagem, com informações sobre as temáticas trabalhadas pelo Programa. A utilização do aplicativo de mensagens e videochamadas favoreceu em algumas situações no aumento dos atendimentos individuais, sendo expressivo o alcance de novos atendimentos através da indicação de outros atendidos do PMC.

Entretanto, vale destacar que esse recurso tem como objetivo favorecer a comunicação para que seja mais uma ferramenta de trabalho, potencializando a atuação do Programa, mas compreendendo todos os desafios decorrentes de uma acessibilidade precária aos instrumentos tecnológicos.



(UPC Olavo Costa - Juiz de Fora - 1º encontro de mulheres Tricotando: Mulheres da comunidade fazendo a diferença - 29/04/2021)

Nesse período avaliatório, ressalta-se dois projetos que têm impactado os indicadores positivamente:

O Projeto Transformação, em que as equipes de Belo Horizonte precisaram articular com as mulheres que vivem ou vivenciaram situações de violência para que fossem capacitadas em cursos profissionalizantes, que buscavam não somente a inserção ou qualificação dessas mulheres no mercado de trabalho, mas também o fortalecimento e autonomia para saída da situação de violência. Essa mobilização também proporcionou acesso de novas mulheres ao PMC e após a finalização de cada curso, o contato com as mulheres tem sido mantido, bem como a continuidade das discussões envolvendo a temática da violência.

O Projeto ComAgente visa propiciar intervenções junto a moradores da área de abrangência do Programa Mediação de Conflitos e tem como foco ações que fortaleçam a prevenção e o enfrentamento às diversas violências, através da contratação como ACC - Agentes Comunitárias de Cidadania. Em junho as equipes do Taquaril/BH, Serra/BH, Jardim Teresópolis/Betim, Palmital/Santa Luzia, Olavo Costa/Juiz de Fora e Turmalina/Governador Valadares realizaram a mobilização das mulheres, público preferencial do Projeto, para a apresentação de propostas, realizando diversas articulações junto às referências comunitárias e a rede parceira local para o fomento destas propostas.

SE LIGA NESSA NOVIDADE...

Mulheres, está rolando Processo de Seleção para o Projeto ComAgente!

Essa é uma oportunidade para você que tem vontade de atuar junto ao **Programa Mediação de Conflitos** e, assim, **desenvolver um projeto** com foco no **diálogo** em torno de **desafios** vivenciados em **comunidade** no território:

INSERIR AQUI NOME DO TERRITÓRIO, MICROTERRITÓRIO ETC

Confira o edital e veja as exigências para as propostas dos projetos!

institutoelo.org.br/site/transparencia/selecao-de-projetos-prevencao

Venha somar ComAgente!

Para maiores informações
UPC JARDIM TERESÓLPOLIS
R. Duque de Caxias, 401, Jardim Teresópolis, Betim
Telefones: (31) 3591-7422 / 3591-694

Programa de Conflitos | JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA | MINAS GERAIS | GOVERNO DIFERENTE ESTADO PROMETIDO

Material de Divulgação do Edital do Projeto ComAgente /Junho 2021

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta: 9.900

Resultado: 11.922

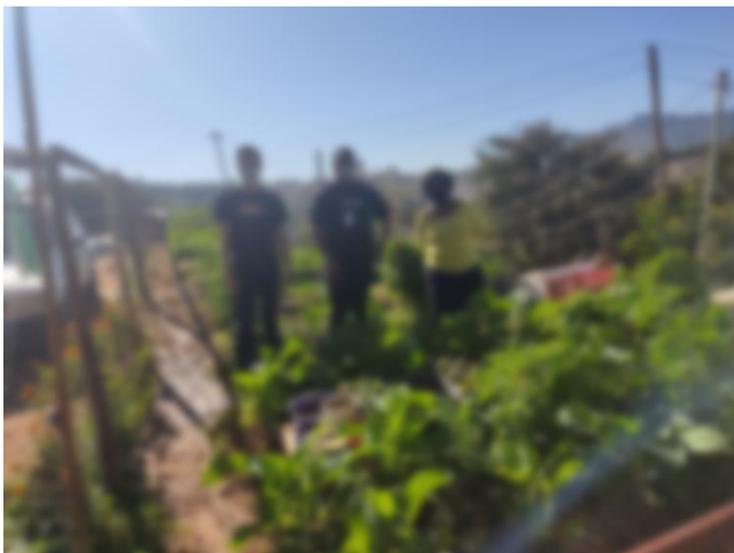
A Diretoria de Proteção à Mulher – DPM/SUPEC corrobora com as análises já prestadas no RGR do IELO sobre o aumento dos resultados em comparação ao período anterior, destacando apenas:

Apesar do indicador tratar de resultado global do Programa Mediação de Conflitos, a DPM/SUPEC, conjuntamente com a supervisão metodológica, desenvolveu mecanismos de acompanhamento por Unidade de Prevenção à Criminalidade que considera fatores locais, tais como extensão territorial, número de integrantes da equipe técnica, demandas com relatos de violências e dados do REDS - Registros de Eventos de Defesa Social. Desse modo, é possível realizar uma gestão interna dos resultados e estes são constantemente reavaliados a partir dos fatores citados.

Destaca-se as Unidades de Nova Contagem (794), Taquaril (662) e Vila Pinho (588) com expressivo aumento no presente indicador.

A UPC Vila Pinho atuou de forma intensa em atendimentos de organização comunitária, sendo que no mês de abril registrou 41 atendimentos nesta modalidade. Uma das intervenções diz do cenário atual de pandemia, em que foram necessárias articulações para o acesso à direitos dos moradores, orientações e divulgações sobre ofertas de cursos gratuitos, vagas de emprego, fornecimento de cestas básicas, materiais de higiene, vacinação contra a COVID-19. Essas intervenções buscam romper com a violência institucional para que os moradores não peregrinem de um equipamento público ao outro em busca de auxílio.

Por outro lado, considerando as Unidades que apresentaram baixo número acumulado de atendimentos, como a UPC Citrolândia, corrobora-se com as justificativas apresentadas pela OS no 10º Relatório Gerencial de Resultados.



(UPC Vila Pinho - Ação na horta comunitária da ocupação Paulo Freire- 29/06/2021)

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta: 1.110

Resultado: 1.087

A média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos é um importante indicador por fornecer informações que mensuram o alcance do Programa nas áreas de abrangência. Como informado no indicador anterior, além dos indicadores globalizados do PMC no Contrato de Gestão, a DPM/SUPEC mantém o controle de resultados por Unidade para melhor gestão destes a partir das particularidades que cada território apresenta.

Reforça-se a qualidade da análise apresentada no 10º Relatório Gerencial de Resultados pelo IELO e também o esforço da DPM em orientar e auxiliar os supervisores e gestores sociais na potencialização dos resultados junto às equipes técnicas, principalmente em intervenções que alcancem novas pessoas dentro dos territórios, propiciando assim no aumento deste indicador. Reuniões com supervisores e gestores para alinhamento do trabalho tem sido algo constante entre SUPEC e IELO.

Acrescenta-se outros fatores relevantes ao positivo desempenho das UPCs de Nova Contagem (88,00) e Taquaril (82,67).

Nova Contagem: neste trimestre teve atuação de muitos casos de violências, especialmente violências domésticas, resultando em acompanhamentos mais próximos pela equipe, além de intervenções em processos típicos de mediação, que também exigiu maior dedicação nas articulações com as partes envolvidas no conflito.

Taquaril: ponto importante a ser destacado é o vínculo crescente com a comunidade, o que tem favorecido a compreensão e reconhecimento desta sobre o Programa enquanto uma política de prevenção às violências. O PMC tem sido cada vez mais demandando nos atendimentos individuais com vários relatos de violências, em especial, também as domésticas, contra a criança e adolescentes, e o crescimento nas demandas de conflitos entre vizinhos. Para além desses atendimentos, tem-se criado vínculos junto aos familiares de jovens envolvidos na criminalidade, o que tem auxiliado nas intervenções de fatores de proteção e interferindo positivamente no indicador 1.2.

Quanto à análise das Unidades com os menores resultados, ratifica-se a análise realizada no RGR, acrescentando àquela realizada pela OS referente a Justinópolis:

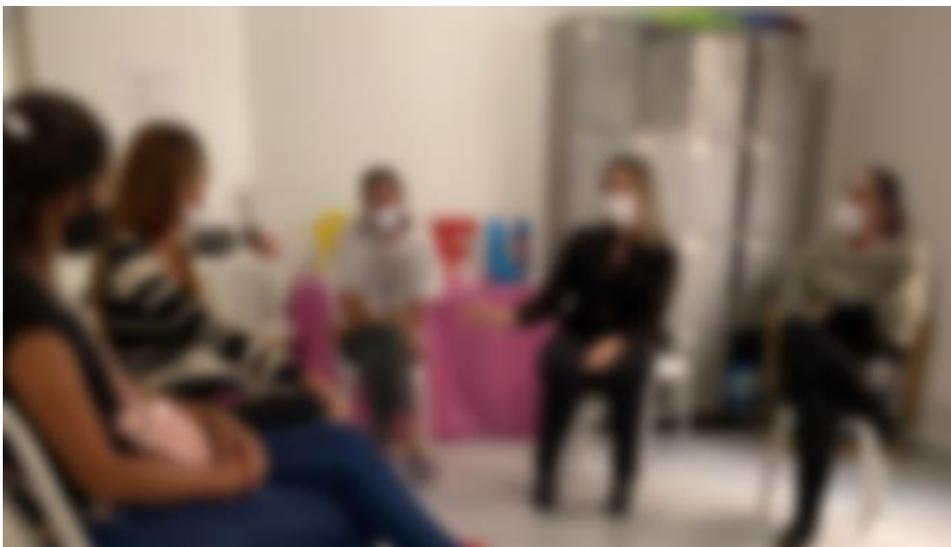
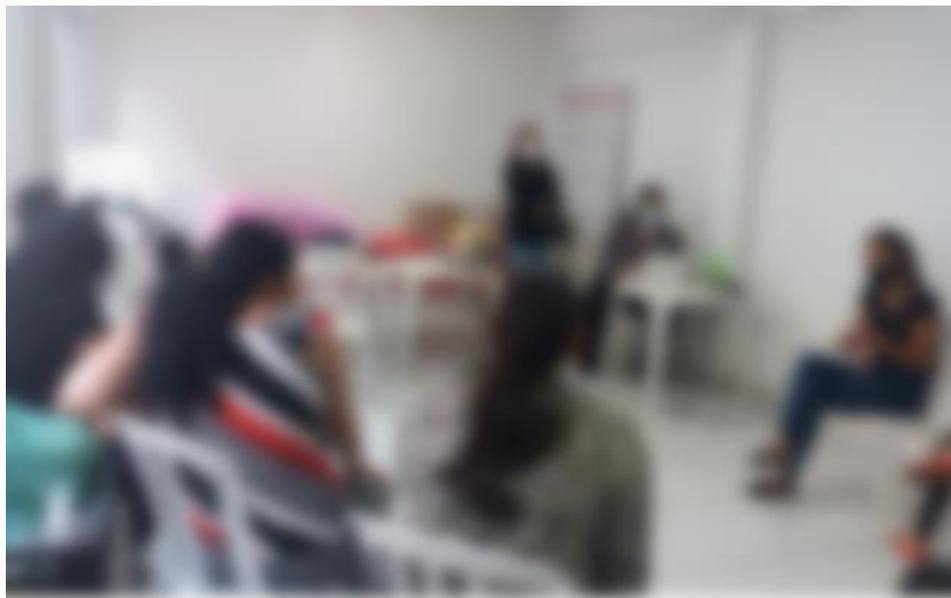
Justinópolis: A Unidade vem divulgando o programa e potencializando a aproximação de referências comunitárias e moradores, buscando estratégias principalmente em ações coletivas através de grupos de WhatsApp, em participação nas reuniões com a rede informal e auxílio nas

ações culturais em virtude do financiamento da Lei Adir Blanc, que ocorrem no território no mês de abril, possibilitando a participação e contribuição da equipe no fomento de fatores de proteção no território.

Entretanto, essas articulações que se fazem necessárias para maior aproximação, vínculo e leitura do território ainda não tiveram um resultado a curto prazo, diante de algumas restrições quanto às intervenções coletivas e à baixa aderência da comunidade ao atendimento individual. É importante reforçar que as atividades no período avaliatório contaram com as intervenções de uma analista no formato teletrabalho (grávida) e a outra presencial, bem como nos meses de maio e junho cada analista trabalhadora gozou direito de férias, o que também impactou no resultado do indicador.

Quanto as UPCs do Morumbi e Citrolândia, as informações prestadas pela OS se mostram suficientes.

Acrescenta-se que as ações coletivas e circulações territoriais vem gradativamente sendo retomadas, obedecendo os protocolos de segurança, e assim favorecendo o acesso e o alcance do programa a novos moradores dos nossos territórios de atuação do PMC.



(UPC Nova Contagem - Mediação com nove famílias - 15/05/2021)

Outro destaque é a criação, no mês de maio, da Comissão de Materiais para fins de divulgação das ações e serviços do PMC, composta por quatro analistas (dois de BH, um da RMBH e um do interior do estado), uma supervisora metodológica do IELO e uma gerente da SUPEC. Os materiais desenvolvidos têm como finalidade propiciar maior divulgação e alcance do programa aos moradores nas áreas de abrangência, facilitando a acessibilidade e compreensão do PMC nos microterritórios com menor vínculo, e também favorecendo no crescente aumento do indicador 1.2. .

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

Meta: 3.880

Resultado: 5.220

De maneira geral, os resultados alcançados neste indicador são considerados satisfatórios. Um ponto a ser referenciado é o aumento por demandas da área de assistência social, principalmente devido ao aumento da vulnerabilidade social durante a pandemia, o que tem demonstrado a imprescindibilidade dos vínculos com a rede parceira para os devidos encaminhamentos.

No trimestre avaliado devem ser destacadas as UPCs do Palmital (371), Taquaril (304) e Serra (303) que alcançaram resultados mais expressivos neste indicador. No 10º Relatório Gerencial de Resultados, duas destas equipes já são contempladas na análise, sendo elas Palmital e Serra, acrescentando neste:

Taquaril: Durante o trimestre o território apresentou dinâmica criminal aquecida, e tais fatores exigiram da equipe um diálogo próximo a rede formal e informal. Quanto às referências comunitárias, essas têm se mostrado muito implicadas para intervir preventivamente nos fatores de risco, demandando uma atuação conjunta com o PMC, bem como toda a rede de proteção local. Essas parcerias têm sido importantes para a atuação do PMC, ampliando as leituras sobre as dinâmicas criminais e sociais e favorecendo as construções conjuntas com outros atores dentro do território de atuação.

Serra: As articulações realizadas para as intervenções coletivas são um dos fatores que favoreceu a média acima do valor de referência interno para esta UPC, tais como com o Centro de Saúde decorrente de conflitos com a comunidade, as intervenções para fomentar redes mistas e novas referências comunitárias e também articulações para divulgação do Projeto ComAgente junto às referências e a rede local.

Em contrapartida as Unidades do PTB, Santa Lúcia e Morro Alto apresentaram baixo número de ações no período, destacando:

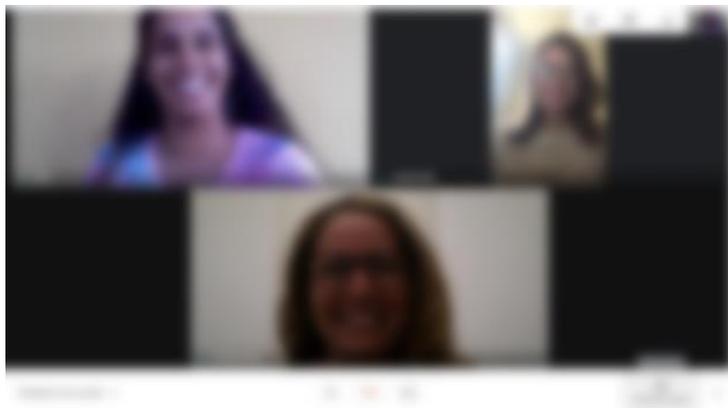
PTB/Betim: apesar da meta individualizada (meta interna proposta pelo PMC para a respectiva Unidade) não ter sido atingida, pode ser observado que houve um crescente no decorrer dos meses. Informa-se que o CRAS de referência da região recentemente passou por transição de novos funcionários, fato que corroborou e impactou também nas discussões dos casos e encaminhamentos do público.

Morro Alto/Vespasiano: apesar de não ter atingido a meta interna da UPC nos meses de abril e junho, em maio houve um grande aumento. Nos meses subsequentes à esta avaliação, acredita-se que as metas mensais sejam alcançadas haja vista o planejamento com a retomada dos grupos de rede no território e devido a (re)aproximação da equipe junto a PVD/PMMG, que teve seu grupamento reestruturado na região.

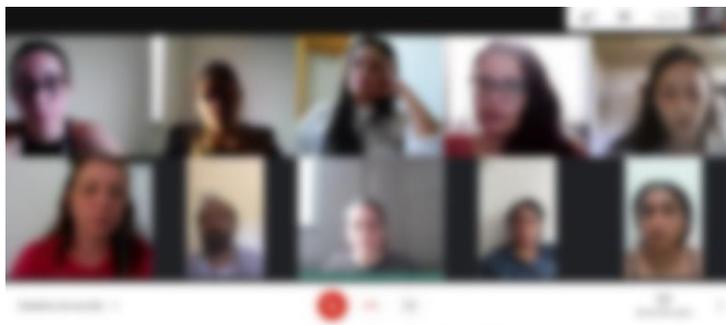


(UPC Taquaril - Ação com mulheres em situação de violência doméstica promovido pelo PMC junto a três referências comunitárias, ocorrido em 15/06/2021)

A Diretoria de Proteção à Mulher da SUPEC busca atuar como facilitadora diante das dificuldades enfrentadas no “trabalho de ponta”, em especial, às articulações institucionais e governamentais. O resultado deste esforço são as reuniões que têm ocorrido em diversos territórios juntos às equipes, como: discussões de casos entre as Diretorias dos programas de prevenção à criminalidade e as equipes destes; participação nas discussões que trarão avanços nas articulações entre a PMC, FV! e o GEPAR/PMMG; reuniões para retomada das sete UPCs e articulações com as instituições da Rede Pitágoras e do Instituto Wilson Chagas para fomentar o acesso a direitos do público atendido. Todas essas ações, para além das construções internas entre as Diretorias e o IELO, buscam favorecer a atuação do PMC para o alcance dos resultados esperados.



Parceria PMC e Instituto Wilson Chagas - Reunião ocorrida em 11/06/2021.



Parceria Rede Pitágoras (professora e alunos), equipe, gestor, AGI, supervisão metodológica e gerência - Reunião ocorrida em 20/04/2021.

Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Além das informações já mencionadas pelo Instituto Elo no Relatório Gerencial de Resultados do 10º período avaliatório, acrescenta-se que o Programa Fica Vivo teve uma significativa rotatividade de profissionais. Tal situação se materializa na realização das “Capacitações Introdutórias” realizadas pela Diretoria de Proteção à Juventude – DPJ/SUPEC no mês de maio, dividida em dois grupos dado ao quantitativo de profissionais recém contratados pelo IELO. Referido contexto interfere sobremaneira no desenvolvimento das ações do Programa, considerando que os novos trabalhadores não têm ainda a *expertise* necessária na metodologia do FV, que ainda chegam num contexto de pandemia, associado a teletrabalho, oficinas sendo (re)implantadas e sem vínculos com a comunidade.

No Relatório Gerencial de Resultados o Instituto Elo solicitou à Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a descon sideração dos indicadores 2.1, 2.2 e 2.3 na avaliação geral dos resultados do 10º período avaliatório. Neste aspecto, avalia-se como pertinente tal descon sideração haja vista os fatores que fugiram a total governabilidade dos entes parceiros para o alcance das metas, adotando-se posicionamento coerente com as descon siderações realizadas nos períodos anteriores, já que os motivos perpetuaram. De todo modo, a Comissão de Monitoramento ressalta que foram envidados todos os esforços para que as oficinas pudessem retornar suas atividades com segurança, com o fornecimento de máscaras e álcool em gel para àquelas que reiniciaram.

Indicador 2.1: Número acumulado de encontros de oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta: 2.880

Resultado: 19

De acordo com dados levantados nos Relatórios de Gestão de Projetos de Oficinas, no mês de abril não houve execução. Em maio houve a implantação de 4 oficinas em Cristo Reis/Montes Claros, mas as mesmas se iniciaram somente em junho. No tocante à execução financeira, de acordo com o Relatório Gerencial Financeiro do 10º período avaliatório, em abril não houve despesas com oficinas, e em maio o valor foi de R\$2.660,83. A execução financeira de junho será tratada no próximo RGF do 11º PA.

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta: 6.670

Resultado: 27,3

Considerando o baixo número de oficinas executadas no período avaliatório, este indicador apresentou, conseqüentemente, um resultado precário. Cumpre registrar ainda que as regras de enfrentamento à pandemia limitam a quantidade de jovens nas oficinas, o que impactou negativamente neste indicador. Portanto, mesmo num cenário com crescente oficinas ativas, o número de jovens em cada uma delas ainda é limitado.

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta: 52.053

Resultado: 4.553

Durante o mês de junho a DPJ/SUPEC realizou encontros com as equipes dos Programas Fica Vivo! e Se Liga a fim de coletar informações acerca das possibilidades e desafios nas ações dos Programas durante a pandemia. Foram realizados três encontros nos dias 16, 23 e 30 de junho, no qual as equipes foram divididas em pequenos grupos para possibilitar a escuta de todos que desejassem fazer uso da palavra. Tal ação merece ser considerada neste campo, haja vista a infinidade de estratégias inovadoras realizadas pelas equipes nos atendimentos ofertados ao público. Destaca-se uma maior aproximação do Programa Fica Vivo! com o público feminino, meninas e jovens mulheres que têm sofrido situações de violências agravadas pelo contexto de isolamento social.

Agrega-se ainda, que neste mesmo período a equipe passou por um momento de transição de trabalhadores, que reverberou no desenvolvimento das ações do Programa em virtude do período das contratações até a formação/capacitação dos novos profissionais.

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Meta: 212****Resultado: 162**

No que se refere aos elementos que justificam o não atingimento da meta, reitera-se àqueles já sinalizados pela OS quanto à redução no número previsto de reuniões de GIE em virtude do contexto dos grupos do município de Belo Horizonte. Na capital contempla 11 territórios, contudo, as reuniões são divididas em grupos, anteriormente 3 territórios por grupo. Como os GIEs têm ocorrido de modo virtual, 3 territórios acabaram por representar uma demanda muito grande fazendo com que as reuniões adentrem no período da tarde, comprometendo a participação de todos os atores institucionais. Isso posto, foi pactuado em conjunto com o Ministério Público a redução de territórios por encontro, sendo, desde o mês de maio, 2 territórios por reunião. Ainda que tenha havido uma redução quantitativa, tal decisão visa qualificar a reunião do GIE.

No tocante ao não alcance da meta por interferências da ação “reuniões da UPC com o GEPAR” citado no RGR, cabe ainda mencionar que a Gerência de Intervenção Estratégica da DPJ/SUPEC vem realizando uma força tarefa com todos os gestores sociais a fim de identificar os elementos práticos que tem impactado no resultado, bem como um estudo sobre readequação das metas para o presente indicador a partir das reformulações citadas.

Área Temática 3: Programa Se Liga**Indicador 3.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga****Meta: 360****Resultado: 192**

Como demonstra a Tabela 8 “Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga” do RGR, cabe registrar que diante das limitações já descritas para a realização dos atendimentos aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, a equipe técnica tem se dedicado ao público egresso, especialmente aos adolescentes incluídos no Programa. Percebe-se que os acompanhamentos têm sido marcados por um volume expressivo de demandas, sendo necessário maior investimento por parte dos analistas sociais no tocante às diferentes articulações junto à rede de proteção social, que contribuíram para o não atingimento da referida meta.

Especialmente neste período, destaca-se o acompanhamento dos egressos encaminhados para oportunidades de profissionalização e aperfeiçoamento profissional, vinculadas à MRV e SENAI, fruto da parceria com o Projeto Trampolim e Programa Descubra, que necessitam de articulações específicas para a aquisição de documentos, dentre outras formalizações inerentes aos processos e prazos, em um momento singular onde os serviços e equipamentos públicos estavam funcionando parcialmente. Da mesma forma, ressalta-se os acompanhamentos que inspiraram articulações e discussões de casos com a rede de saúde mental e assistência social.

Quanto ao pedido de desconsideração dos indicadores 3.1 e 3.2, o acatamento se mostra pertinente, tal como mencionado nos indicadores 2.1 a 2.3 deste relatório.

Indicador 3.2: Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga**Meta: 60%****Resultado: 1,2%**

Em virtude do atual cenário pandêmico e as restrições de acesso às Unidades Socioeducativas, as dificuldades na efetivação das atividades presenciais com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade, ferramenta essencial para a adesão do adolescente ao Programa no momento pós medida, tem contribuído significativamente para a fragilização do processo de construção de vínculo entre os adolescentes e o Se Liga. As ações remotas desenvolvidas, mesmo diante dos esforços na criação de alternativas para o atendimento ao público pré-egresso, não têm produzido efeitos equivalentes ao das atividades presenciais.

Reitera-se que em virtude da peculiaridade do momento vivenciado pelo sistema socioeducativo, muitos desligamentos de adolescentes e jovens das medidas de internação e semiliberdade não foram comunicados aos profissionais que atuam no Programa, dificultando o acesso a este público egresso, contribuindo significativamente no atingimento das metas do indicador, situação que será alvo de intervenção mediante capacitação alinhada à SUASE e às Unidades Socioeducativas de Semiliberdade e Internação que estão programadas para acontecer a partir de agosto.

Apesar da persistência dos fatores que corroboram para o não alcance da meta, percebe-se um empenho por parte da gestão social, equipe técnica e técnico administrativo, em realizar a busca ativa dos adolescentes desligados das Unidades de Internação e Semiliberdade, incluídos na lista de pré-adesão do Se Liga desde março de 2020, na tentativa de convidá-los a participar do Programa e correção de rumos deste indicador.

No Relatório Gerencial de Resultados o Instituto Elo solicitou à Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão a desconsideração deste indicador na avaliação geral dos resultados do 10º período avaliatório. Neste aspecto, avalia-se como pertinente tal desconsideração haja vista os fatores que fugiram a total governabilidade dos entes parceiros para o alcance das metas, adotando-se posicionamento coerente com as desconsiderações realizadas nos períodos anteriores, já que os motivos perpetuaram.

Indicador 3.3: Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas**Meta: 108****Resultado: 476**

Observa-se, por meio deste indicador, o quanto o não alcance dos demais está diretamente vinculado ao desafio de estabelecimento de vínculos de modo virtual, uma vez que as ações estratégicas com as Unidades Socioeducativas são mais possíveis de adaptação ao contexto da virtualidade promovida pela pandemia, diferentemente dos indicadores vinculados ao atendimento ao público.

Da mesma maneira, o investimento da gestão social e da equipe técnica do Programa Se Liga na repactuação dos fluxos de informação, cronograma de ações e de atendimento ao público com as novas equipes das unidades de internação e semiliberdade, decorrentes do momento de reorganização e troca de profissionais do sistema socioeducativo, contribuíram para a superação da meta deste indicador.

Área Temática 4: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

As oscilações relacionadas ao cenário pandêmico e as restrições impostas em cada onda do Programa Minas Consciente interferiram diretamente no formato e organização do trabalho da CEAPA nos municípios, bem como na definição das diretrizes metodológicas para o acompanhamento das alternativas penais. O principal elemento de destaque que ressoou em todos os indicadores se refere à nova orientação da Diretoria de Alternativas Penais – DAL para retomada gradual do cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade – PSC nas instituições parceiras e do trabalho presencial a partir de abril.

Nessa perspectiva, a DAL/SUPEC permaneceu investindo na realização de diagnóstico constante e na criação de estratégias para superação dos problemas enfrentados no desempenho das atividades junto aos gestores sociais, equipes e ao Poder Judiciário, de modo a fortalecer a política de alternativa penal em Minas Gerais, mesmo com todas as adversidades vivenciadas.

Assim sendo, foram priorizadas a realização de reuniões com esses atores, buscando potencializar os fluxos junto às varas judiciais para recebimento de novos cumpridores de alternativas penais e construir possibilidades de desenvolvimento de modalidades ampliadas de cumprimento, principalmente a partir das práticas dos atendimentos grupais e individuais. Tal estratégia tem se apresentado como uma saída possível tendo em vista as limitações encontradas no âmbito da PSC, principalmente devido às restrições da rede parceira para recebimento dos cumpridores no momento vivenciado pela COVID-19.

Posto isto, esta discussão tornou-se pauta prioritária e uma das ações efetivadas para o fortalecimento e qualificação do fluxo de cumprimento das PSC. Portanto, foram realizadas reuniões para alinhamento com os atores internos da Política de Prevenção à Criminalidade envolvidos nesse processo, sendo eles: Núcleo de Implantação e Gestão de Unidade de Prevenção à Criminalidade; Gestores Sociais de Base Municipal e Superintendência e Diretorias dos programas Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, Se Liga, Programa de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional - PRESP e Selo.

Por fim, fortalecer os fluxos relacionados às Medidas Protetivas de Urgência e Medidas Cautelares diversas à prisão, principalmente no âmbito da Lei Maria da Penha, permanece sendo uma das frentes de trabalho prioritárias elencadas pela DAL/SUPEC. Destaca-se a participação da Diretoria no Grupo de Trabalho Intersetorial sobre Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, onde foi possível apresentar a CEAPA e as Ações de Responsabilização de Homens Autores de Violência contra as Mulheres enquanto referência em Minas Gerais, além da articulação com o Programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça – CNJ com o intuito de realizar uma leitura diagnóstica sobre as Audiências de Custódia e possibilidades de encaminhamento e acompanhamento das medidas cautelares diversas à prisão nos municípios.

Indicador 4.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

Meta: 28.766

Resultado: 18.661

Ao analisar o desempenho de 64,87% da meta frente ao previsto, a SUPEC corrobora com as principais justificativas apresentadas pelo IElo no RGR. Destaca-se que o referido indicador permanece sendo o mais impactado negativamente pelas restrições de circulação impostas pela pandemia, tendo em vista que a CEAPA possui uma diversidade de modalidades de alternativas penais em seu escopo de trabalho que não estão sendo desenvolvidas em sua plenitude. Todavia, nota-se um aumento, ainda que precário, quando comparado ao resultado do período avaliatório anterior.

Os atendimentos de acompanhamento permanecem sendo a prática mais desempenhada pelas equipes, mantendo uma constância, haja vista que, desde o início da pandemia, foi a principal estratégia de manutenção de vínculos, orientação e construção junto ao público, independente do formato de trabalho. Em seguida, os atendimentos grupais em Projeto de Execução de Alternativa Penal-PEAP se apresentam como a segunda principal frente de execução, que vem se manifestando como a forma de cumprimento mais consolidada no Programa atualmente, principalmente relacionada às Ações de Responsabilização no âmbito da Lei Maria da Penha, trânsito, drogas e pessoas em situação de conflitos. Nota-se que a readequação da contabilização que inclui os recursos virtuais e principalmente a adesão do público a esse formato foi crucial para a potencialização da responsabilização em liberdade, em um momento marcado pelo distanciamento social.

Tal cenário também propiciou a relação de confiabilidade da CEAPA junto ao Poder Judiciário, possibilitando a repactuação de fluxos de aplicação e acompanhamento das alternativas penais. Gradativamente, mas de forma significativa, tem sido possível perceber um aumento do número de inscrição de novas alternativas penais nos municípios em que houve retomada das audiências, exceto no mês de abril que evidenciou queda ao ser impactado ainda pela “Onda Roxa do Programa Minas Consciente”. A DAL/SUPEC permanece participando junto aos gestores sociais de algumas reuniões estratégicas com Juizes e Promotores, sendo sinalizada constantemente ao Programa uma expectativa de retomada mais expressiva das audiências e de encaminhamento das alternativas penais.

Outro elemento de destaque refere-se à retomada gradual do cumprimento de PSC, evidenciada pelo aumento expressivo do número de encaminhamentos e reenaminhamentos em comparação ao último período avaliatório. Todavia, permanecem as limitações impostas pela rede parceira para recebimento de novas PSC devido à demanda represada e posicionamento de alguns magistrados para a continuidade da não obrigatoriedade do cumprimento no momento pandêmico. Nesse sentido, tem-se construído ações grupais complementares a esta modalidade enquanto cumprimento equivalente, em formato virtual ou presencial, ainda em processo de fortalecimento de fluxo junto ao Poder Judiciário.

Por fim, sugere-se que a OS apresente um aprimoramento quanto às oscilações dos dados nos municípios.

Indicador 4.2: Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial**Meta: 72%****Resultado: 75,1%**

Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA, entendendo aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário.

O percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório foi de 75,1 %, considerando que a meta estabelecida para o período é de 72%, a meta foi superada. Todavia, apesar da meta global ter sido alcançada, sugere-se à OS uma leitura complementar sobre os municípios que se destacaram pelo desempenho individual abaixo da meta, quais sejam, Governador Valadares, Juiz de Fora e Uberaba. Além disso, almeja-se que o RGR consiga trazer leituras relacionadas à intervenção das equipes e a efetividade do acompanhamento das alternativas penais pela CEAPA.

Para fins de destaque, ao fazer uma análise por alternativa penal, é possível perceber um alto índice de cumprimento dos Projetos de Execução de Alternativas Penais - PEAP e Medidas Protetivas de Urgência, que envolvem os atendimentos grupais. Isso se deve ao reflexo da consolidação dessas frentes de trabalho, mesmo diante das oscilações do contexto de pandemia, considerando a readaptação para a modalidade virtual e a adesão do público a esse formato. Destaca-se que a definição do formato de trabalho é realizada junto ao cumpridor, sendo que, diante de uma limitação dos recursos tecnológicos, há substituição da participação dos grupos para atendimentos individuais de forma equivalente, fluxo pactuado junto ao Poder Judiciário.

Observou-se ainda, um baixo percentual de cumprimento integral nos acompanhamentos das medidas cautelares diversas à prisão nos meses de maio e junho de 2021, evidenciando uma fragilidade desta intervenção metodológica e necessidade de ajuste no fluxo de trabalho das equipes, tendo em vista as especificidades desta alternativa penal. Nesse sentido, a DAL/SUPEC já programa uma capacitação para qualificar o atendimento nesta modalidade junto ao Conselho Nacional de Justiça.

Indicador 4.3: Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio**Meta: 1.272****Resultado: 3.104**

O aumento relevante deste indicador, conforme relatado nos relatórios anteriores, está relacionado à ampliação da contabilização das articulações junto à rede de apoio via plataformas digitais e contatos telefônicos. Nota-se que essa estratégia aperfeiçoou e favoreceu a aproximação e fortalecimento de vínculo com os atores da rede, todavia exige reflexão e avaliação constante, de modo que o desempenho desse indicador seja retratado de maneira qualificada e condizente com a realidade do Programa no que se refere às ações de articulação junto à rede. Nessa perspectiva, a supervisão metodológica tem investido nesse alinhamento com as equipes, tendo inclusive realizado capacitações envolvendo análise de dados e articulações com a Rede de Alternativas Penais e de Proteção Social.

Conforme já mencionado, um dos principais desafios refere-se ao cumprimento da PSC, modalidade mais impactada com a pandemia. Todavia, é possível perceber a manutenção do investimento em ações que envolvem o monitoramento da rede parceira para recebimento de cumpridores, que apresenta resultados mais expressivos. A supervisão metodológica, junto à Diretoria, tem orientado as UPCs para realizarem um diagnóstico da real situação da rede parceira, e o aumento do número de captações de parcerias já se apresenta como reflexo das ações prioritárias a partir das especificidades de cada município, assim como o aumento dos encontros de rede.

Ainda em consonância com os direcionamentos metodológicos ensejados, a articulação com os atores do Sistema de Justiça permaneceu com número de ações significativas, tendo em vista a necessidade constante para construção conjunta de fluxos de trabalho, de comunicação, encaminhamento, acompanhamento e monitoramento das alternativas penais.

Área Temática 5: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional**Indicador 5.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP****Meta: 8.683****Resultado: 7.501**

Apesar da meta pactuada para este indicador não ter sido alcançada em sua completude, considera-se o resultado como positivo diante das várias adversidades que impactaram diretamente o acesso do público ao PrEsp e a realização de atendimentos pelo Programa em razão da pandemia.

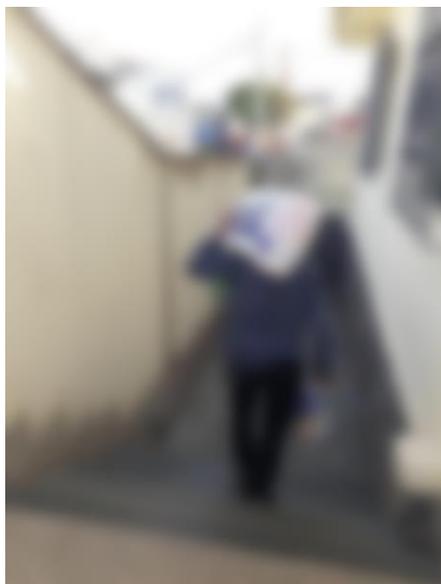
Importante ressaltar ações que vêm sendo realizadas de modo a prestar atendimentos de qualidade, bem como manter o vínculo com os egressos do sistema prisional. O cenário de distanciamento social, e muitas vezes a impossibilidade de acesso do público às Unidades de Prevenção à Criminalidade, ainda é algo que impacta neste indicador, porém, ações foram executadas visando atingir um maior número de pessoas. Nesse sentido, foi realizada a retomada gradual das ações coletivas no Programa.

Dessa forma, as equipes têm realizado grupos reflexivos com o público já em acompanhamento visando o fortalecimento do vínculo e a criação de um espaço que propicie intervenções coletivas que impactem em questões voltadas para a retomada e/ou manutenção da vida em liberdade.



Grupo reflexivo realizado no PrEsp de Santa Luzia com mulheres egressas do sistema prisional

Considerando, ainda, a maior vulnerabilidade social do público durante o atual cenário, principalmente no que toca ao acesso à renda, moradia e alimentação, o Programa, a partir de articulações realizadas, tem distribuído em alguns municípios cestas básicas. Tal ação qualifica o atendimento prestado, estreita vínculos e intervém diretamente no âmbito da segurança alimentar, garantindo um acesso mínimo à alimentação.



Distribuição de cestas básicas no PrEsp Contagem para o público acompanhado

Também foi realizada atividade grupal à distância em unidades prisionais com o público que está prestes a alcançar o direito à liberdade condicional ou definitiva. Embora os grupos realizados com o público pré-egresso ainda estivessem em sua grande maioria suspensos, dada a impossibilidade de entrada nos presídios ou penitenciárias, foi possível realizar atividades por videoconferência, retomando, assim, ainda que à distância, esses tipos de atendimentos.

Assim sendo, considera-se que, ao retomar os atendimentos presenciais durante parte do período avaliado, mesmo não tendo alcançado a meta pactuada, foi possível atingir um resultado satisfatório diante da realidade existente. Tal resultado só foi possível em razão da qualificação das frentes de trabalho do Programa, de adequação de novas formas de atendimento, se valendo do formato virtual quando possível, e do vínculo existente com o público atendido.

Indicador 5.2: Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

Meta: 78%

Resultado: 83,33%

A meta estipulada para o respectivo indicador foi superada neste período avaliatório, o que demonstra que o público inscrito tem retornado para os atendimentos. Tal fator é de extrema relevância para a realização da proposta de acompanhamento do Programa, já que a realização de intervenções que impactam diretamente na manutenção da vida em liberdade só se torna possível se as pessoas retornarem para os atendimentos. O resultado alcançado, portanto, supera o pactuado demonstrando um grande empenho das UPCs no acompanhamento qualificado do público inscrito.

A Diretoria de Atendimento ao Egresso do Sistema Prisional – DIE/SEJUSP ratifica as justificativas apresentadas pelo Instituto Elo no RGR do 10º período avaliatório quanto ao alcance de resultados superior a meta estabelecida, quais sejam, a realização de atendimentos e acompanhamentos por meio de ligações telefônicas, aplicativos e mensagens, bem como a elaboração do Plano de Acompanhamento do Egresso – PAE.

Indicador 5.3: Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta: 564

Resultado: 753

O resultado alcançado foi superior à meta pactuada, tal como pode ser observado em períodos avaliatórios anteriores. Isso se justifica pelo fato do acesso à rede de apoio ter se tornado mais facilitado em razão do formato do teletrabalho adotado por muitas instituições parceiras.

Também se vislumbra, como fator que gerou um resultado acima do esperado para este indicador, um maior encaminhamento do público para instituições parceiras, diante da maior necessidade de acesso a direitos, benefícios ou auxílios neste período. As vulnerabilidades do público egresso do sistema prisional se aguçaram ainda mais em razão do aumento do índice de desemprego no país e da não disponibilização de auxílios emergenciais para todos.

Foram realizados, ainda, encontros com atores da rede parceira para discussão de temáticas que perpassam diretamente o público atendido e/ou discussão de casos. Ações como essas são de grande importância para o Programa porque possibilita uma troca de saberes entre os envolvidos, o que repercute diretamente nas pessoas acompanhadas por vários serviços da rede.



Encontro com atores da rede parceira do PrEsp de Ipatinga.

Área Temática 6: Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 6.1: Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas

Meta: 600

Resultado: 411

Tanto o contexto pandêmico quanto o encerramento das atividades do Programa no município de Tocantins em março de 2021 impactaram substancialmente nos resultados alcançados neste indicador, conforme apontado pelo Instituto Elo no RGR. Contudo, frisa-se que estes não são os únicos fatores que justificam o não alcance da meta neste período avaliatório. Considerando se tratar de um novo indicador e de um novo Programa, não havia valores de referência que nortegassem a definição de metas, sendo estas ajustadas à realidade na medida da execução do programa e no Termo Aditivo do Contrato de Gestão. Existem, ainda, outras dimensões do trabalho do profissional que atua na ponta, bem como do contexto municipal, que necessitam de uma análise mais aprofundada para melhor compreensão dos resultados atingidos.

Por fim, na redação do RGR para este indicador, é dito que *“No 10º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2021) realizou-se um total de 411 ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta para o trimestre era de 600 ações, o programa atingiu 68,5% do esperado”*, contudo, a redação encontra-se equivocada, pois o total de ações de articulação de rede realizadas é referente ao primeiro semestre do ano de 2021 e não somente ao trimestre considerado para este período avaliatório.

Área Temática 7: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 7.1: Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior

Meta: 100%

Resultado: -

Não houve realização de visitas in loco da Supervisão no interior, tendo em vista as restrições impostas pelo período pandêmico. Contudo, ressalta-se que as capacitações, formações e supervisões estão sendo realizadas no formato virtual. Apesar de não ter sido possível um acompanhamento presencial, a supervisão tem consolidado cada vez mais esse acompanhamento próximo às equipes, seja por ligações telefônicas e precipuamente por videoconferências, e o resultado dessa atuação tem refletido na participação cada vez mais consistente dos analistas do interior nos espaços coletivos de formações.

Contudo, frisa-se que este indicador foi reformulado pelo V Termo Aditivo do Contrato de Gestão, publicado em julho deste ano, se adequando à realidade presente.

Indicador 7.2: Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta: 15

Resultado: 12,4

Meta atingida para o período. A Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão informa que analisou processos de contratação de pessoal da Organização Social no procedimento de Checagem Amostral do 10º período avaliatório, não havendo inconformidades a serem apontadas.

Indicador 7.3: Participações em capacitações

Meta: 1.004

Resultado: 946

- **PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

Tema: Masculinidades Periféricas

Data: 29/04 - Videoconferência

Foi um espaço com a perspectiva de um diálogo como “roda de conversa”, que contou com a participação dos convidados [REDACTED] - M3, morador do Palmital (Santa Luzia), [REDACTED], Homem-negro de Candomblé, terapeuta, artista interdisciplinar e escritor de Salvador-BA e [REDACTED], Professor no ensino superior privado e doutorando em Psicologia pela UFMG.

A discussão promoveu diversas reflexões sobre diálogo, masculinidades e possibilidades de atuação do Programa e todos puderam contribuir quanto às suas vivências e/ou estudos sobre a temática.

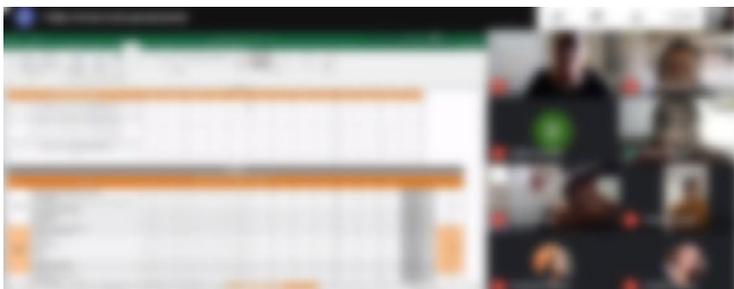


(Encontro de Formação - Masculinidades periféricas - 29/04/2021)

Tema: Formação Inicial (Equipe Jardim Canaã/Uberlândia e Santa Lúcia/BH)

Data: 26/05/21 - Videoconferência

Foi realizada formação inicial para a equipe que estava iniciando as atividades nas Unidades do Jardim Canaã em Uberlândia, após a retomada do Programa no território.



(Formação Inicial - Jardim Canaã e Santa Lúcia - 26/05/2021)

Tema: Supervisão Temática.

Data: 27/05/21 - Videoconferência

Foi dada continuidade à discussão no encontro de formação do mês abril, que teve como tema as "Masculinidades Periféricas". As equipes foram divididas em três grupos e trouxeram experiências frente à temática proposta.

Tema: Encontro de Formação - Mapas e Instrumentos

Data: 14/06/21 - Videoconferência

Foi realizada a formação pela Supervisão Metodológica, AGI e DPM sobre a utilização de Mapas Georeferenciados como uma ferramenta de trabalho para as equipes na leitura e análise social das dinâmicas de violência e criminalidade presentes nos territórios. Além disso, foi dado retorno para as equipes sobre o preenchimento do formulário de dúvidas e apontamentos sobre os instrumentos e relatórios.

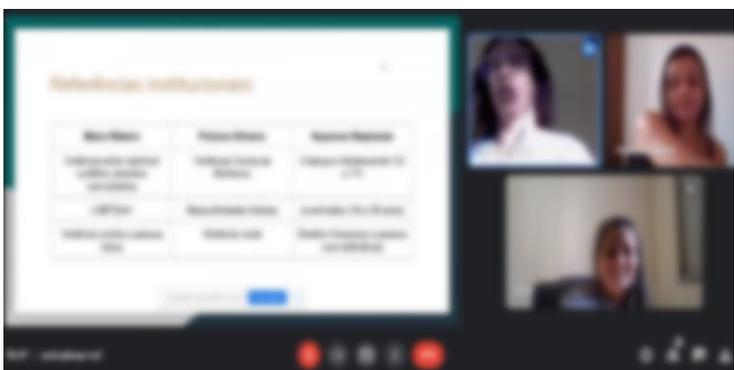


(Encontro de Formação - Mapas e Instrumentos - 14/06)

Tema: Formação inicial com analista Morro Alto

Data: 21/06/21- Videoconferência

Foi realizado pela gerência do Programa, formação com a nova analista do Morro Alto/Vespasiano. O momento foi de capacitação quanto à metodologia, assim como ao preenchimento e manuseio dos instrumentais de atendimento e relatórios.



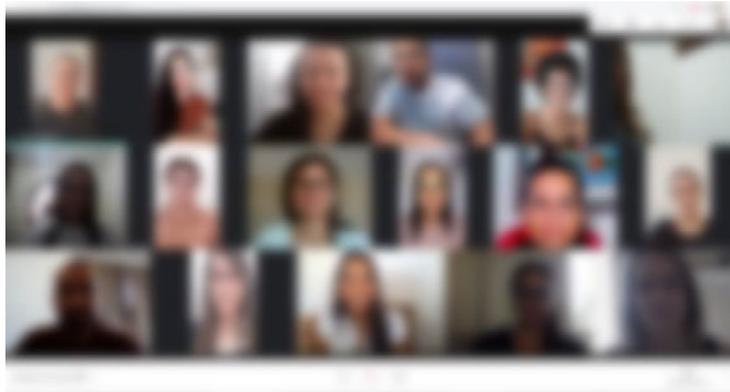
- **PROGRAMA CEAPA**

Tema: Rede de Alternativas Penais e de Proteção Social - possibilidades e intervenções

Data: 12, 19 e 26 de maio de 2021 - Videoconferência

Número de Participantes: 52 (analistas e gestores sociais)

Os encontros aconteceram em formato de supervisão conjunta, através da plataforma GoogleMeet, com representantes dos municípios, com o objetivo de potencializar as intervenções junto às redes parceiras, principalmente no tocante à captação, acompanhamento e avaliação das parcerias.

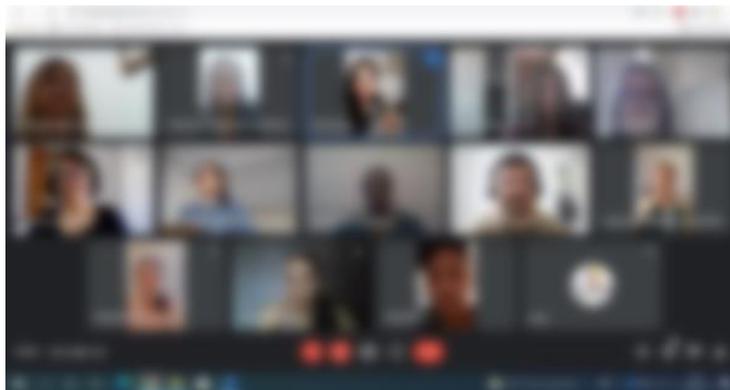


Tema: Dados - Repercussão nas articulações de rede e estratégias para o Programa

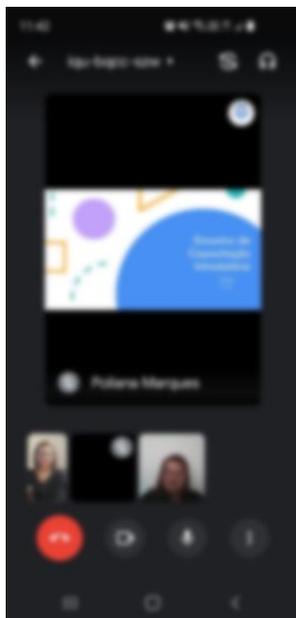
Data: 23 e 30 de Junho de 2021 - Videoconferência

Número de Participantes: 47 (analistas e gestores sociais)

Os encontros aconteceram em formato de supervisão conjunta, através da plataforma GoogleMeet, com representantes dos municípios, com o objetivo de contribuir com a análise de dados enquanto ferramenta para a construção de intervenções e articulações junto à rede.



Nos dias 05 de abril e 03 de maio de 2021, a supervisão metodológica realizou **Capacitações Introdutórias** junto às novas analistas das Unidades de Ibirité e Ipatinga, respectivamente, através da plataforma digital GoogleMeet. O momento teve como objetivo realizar uma introdução à Política de Prevenção à Criminalidade, Alternativas Penais e Metodologia do Programa CEAPA, bem como orientação e capacitação para a aplicação do método, princípios e objetivos dos Programas.

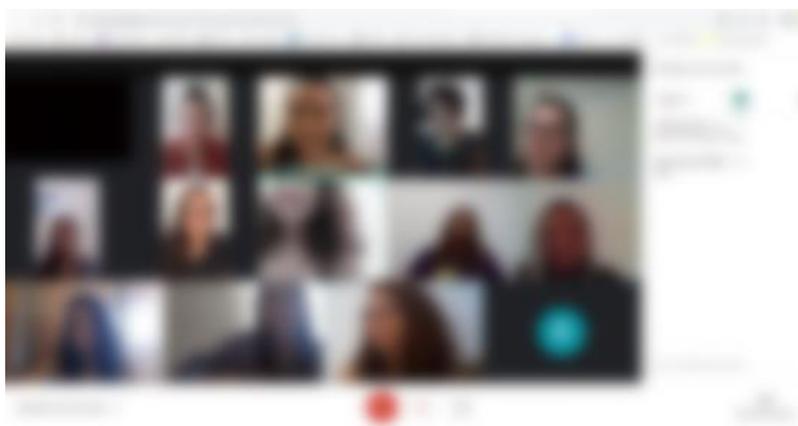


- **PROGRAMA PRESP**

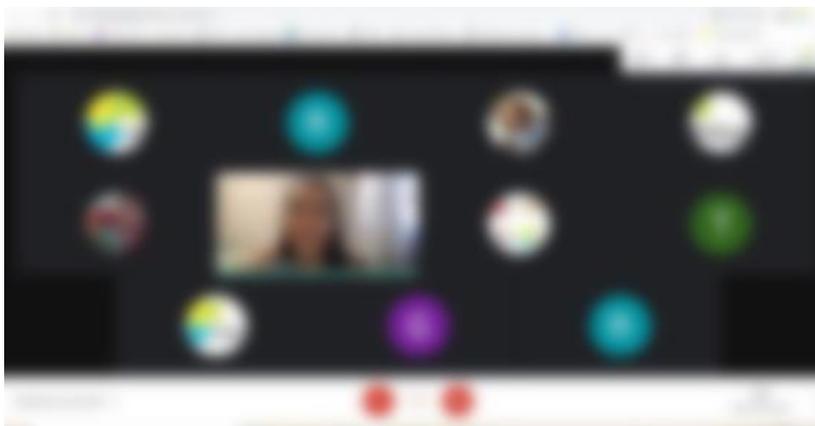
Nos dias 27/04, 28/04 e 29/04 foram realizadas capacitações das equipes técnicas do PrEsp para discussão da temática referente ao acompanhamento do público. Participaram deste encontro os analistas sociais dos 11 municípios contemplados com o Programa, bem como os gestores sociais das Unidades de Prevenção à Criminalidade.



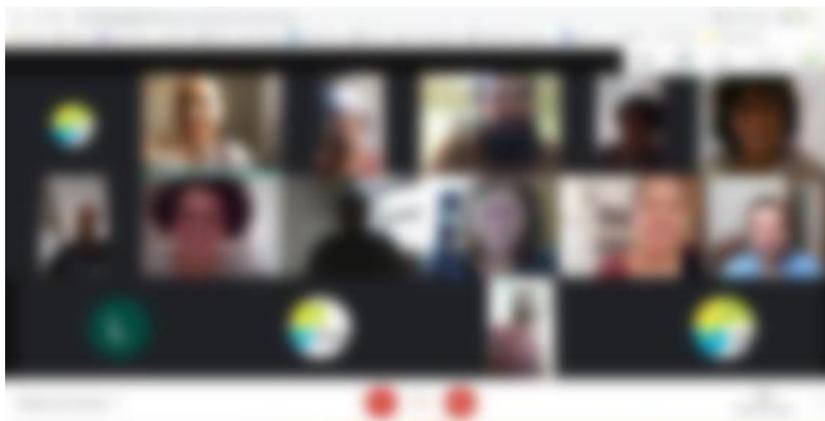
Capacitação com as equipes de Contagem, Governador Valadares e Ipatinga



Capacitação com as equipes de Montes Claros, Santa Luzia e Uberlândia



Capacitação com as equipes de Betim, Juiz de Fora e Ribeirão das Neves



Capacitação com as equipes de Belo Horizonte, Uberaba e Gestoras Sociais dos municípios onde ocorrerão novas implantações do PrEsp (Divinópolis, Ibirité e Sete Lagoas)

No dia 26/05/2021 foi realizada capacitação com a temática “**Leituras racializadas e interseccionais no cotidiano das políticas de segurança pública**”. O momento contou com a presença de duas facilitadoras ([REDACTED]) e outros 35 participantes, entre eles, Diretoria e Gerência do PrEsp, Supervisão Metodológica, Gestores Sociais e Analistas Sociais do Programa.

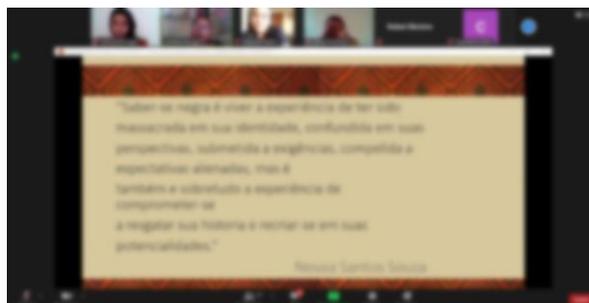
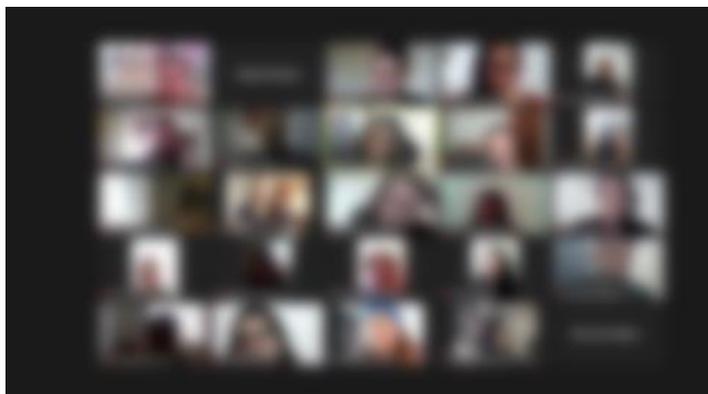
Leituras Racializadas e Interseccionais no Cotidiano das Políticas de Segurança Pública

Larissa Amorim Borges
Feminista Negra,
Doutoranda e Mestre em
Psicologia pela UFMG

Lorena Amorim Borges
Bacharel em Direito,
Pós-graduanda em Direito
Penal

26 de Maio
2021

Das 14hrs às
17hrs

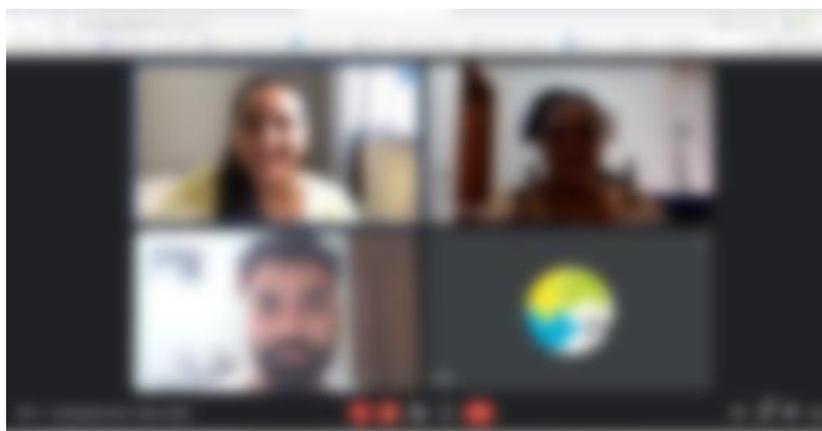


No dia 02/06/2021, foi realizada a capacitação do PrEsp, pelas Supervisoras Metodológicas com a participação das Gestoras Sociais dos 04 novos municípios (Divinópolis, Ibitiré, Sete Lagoas e Vespasiano) onde haverá implantação do Programa. O objetivo do encontro foi capacitar tais profissionais no que se refere à metodologia do Programa para fins de atendimento ao público.

Ressalta-se que a expansão do PrEsp nos quatros novos municípios citados se deve ao Convênio Federal nº 891551/2019, celebrado entre a SEJUSP/SUPEC e o Ministério da Justiça e Segurança Pública/DEPEN que também propiciará a ampliação de equipe nos municípios já contemplados com o Programa.

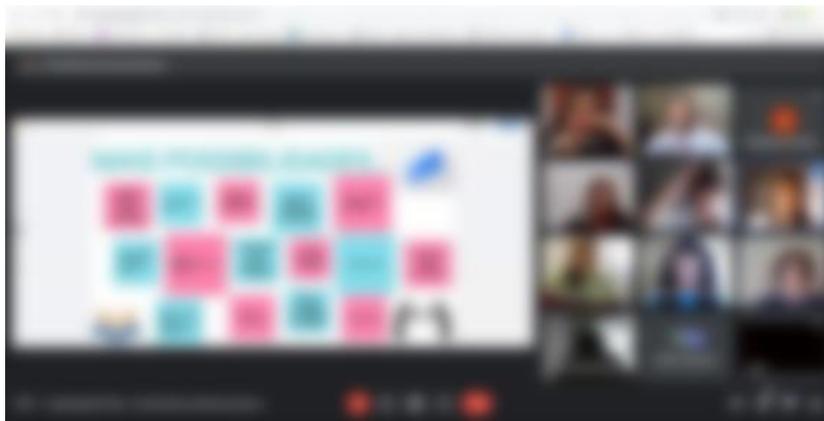


No dia 09/06/2021 foi realizada Capacitação Inicial com dois novos Analistas do Programa pela Supervisão Metodológica.



Novos Analistas Sociais do PrEsp de Betim e Montes Claros

Na data de 30/06/2021 foi realizada mais uma capacitação com a temática “Construindo Caminhos Possíveis para o Trabalho em Rede”, com a participação de 40 pessoas no encontro, dentre eles a Diretoria e a Gerência do PrEsp, Supervisoras Metodológicas, Gestores Sociais e Analistas Sociais. O Coletivo Articulando Redes e Márcia Mansur foram os facilitadores da Capacitação.



- **PROGRAMA FICA VIVO**

Destaca-se, no que se refere às capacitações realizadas pelos Programas da DPJ/SUPEC, a ausência do Programa Se Liga neste item, tanto ao mencionar os “quatro Programas da Política de Prevenção” quanto na tabela que descreve o número de capacitações por Programa (pág.45 RGR).

Além dos elementos já trazidos pela OS, importante considerar a capacitação realizada no mês de abril e maio sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes realizada em parceria com o CEAHVIS (Comitê Estadual de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual) onde, em dois encontros foram discutidos os marcos legais e práticas relativas a essa abordagem, e no último contou com a exibição de um episódio da série “Inacreditável”, tendo participado, em cada um dos encontros, todos os analistas dos Programas Fica Vivo! e do Programa Se Liga.

Área Temática 8: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

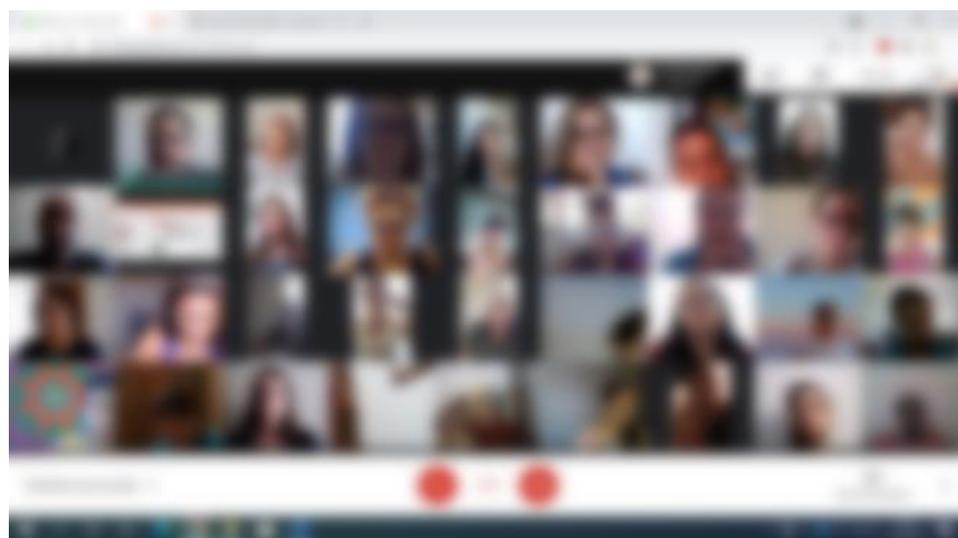
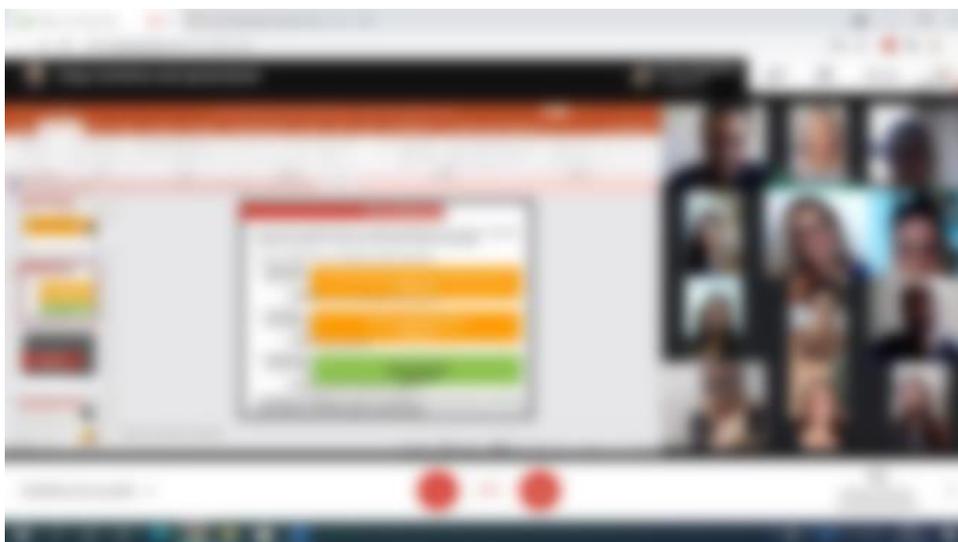
Indicador 8.1: Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base local

Meta: 26

Resultado: 26

A Comissão de Monitoramento teve acesso aos 26 Relatórios Analíticos, entregues no mês de junho, referente aos meses de março e abril do corrente ano.

É perceptível o aprimoramento das leituras de dinâmica criminal pelos atores estratégicos, o que reflete na maior qualidade dos relatórios apresentados. Importante registrar a capacitação realizada no dia 10/04/21, por videoconferência, pelo Gerente do Departamento de Monitoramento e Gestão de Projetos do Instituto Elo, Diogo Caminhas, cujo tema foi “Sociologia como chave de interpretação da violência e da criminalidade na sociedade contemporânea”.



Importante destacar, que foi citado pelo Instituto Elo o registro de apenas 6 (seis) relatos de casos de violência contra a mulher em todos os territórios. Sabe-se que a violência contra a mulher se intensificou muito no período da pandemia, pois são inúmeros relatos cotidianos na rede, nas mídias e em outros canais de tratamento e publicidade. Nesse sentido, se faz necessário reavaliar os motivos pelos quais não está sendo refletido nos relatórios de dinâmica criminal com a mesma intensidade. Para além disso, é também importante que o relatório gerencial não apenas aponte o resumo ou consolidado dos relatos previstos, mas também o que necessita de qualificação por parte das equipes e gestores das UPCs.

Indicador 8.2: Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo

Meta: 3

Resultado: 3

O Instituto Elo encaminhou por e-mail 3 (três) Relatórios de Gestão das Oficinas do Programa Fica Vivo de modo tempestivo, ou seja, até o quinto dia útil do mês subsequente, conforme pactuado no Programa de Trabalho do Contrato de Gestão. Avalia-se que as informações apresentadas foram satisfatórias e cumprem o objetivo. Contudo, frente a estabilização do novo contexto pós pandemia, espera-se que o relatório promova análises mais robustas sobre as oficinas, público e perfil, além de cruzamento de informações com a análise da dinâmica social das violências e da criminalidade.

Indicador 8.3: Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga

Meta: 3

Resultado: 3

O Instituto Elo encaminhou por e-mail 3 (três) Relatórios de Gestão do Programa Se Liga e também entregues em tempo hábil, com informações também satisfatórias, cumprindo o objetivo, e na mesma linha de raciocínio acima, espera-se que o referido relatório promova análises mais aprofundadas sobre o perfil do público, a confirmação ou refutação das vulnerabilidades dos envolvidos com a criminalidade e que adentra o sistema socioeducativo, além das ações de rede desenvolvidas pela equipe, bem como seus avanços e desafios.

Indicador 8.4: Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas

Meta: 3

Resultado: 3

A OS entregou tempestivamente, por e-mail, os 3 (três) Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas, conforme pactuado no programa de trabalho.

Contudo, conforme já mencionado em Relatórios de Monitoramento anteriores, a Coordenação do Programa Selo Prevenção Minas avalia que é necessário qualificar a análise produzida pelo Relatório de Ações entregue mensalmente, de forma a contemplar outras ações que envolvem a execução do Programa. O formato atual do relatório, elaborado através das informações disponíveis nos relatórios de Excel, não têm agregado análises substanciais acerca dos desafios e potencialidades inerentes à execução do Selo Prevenção Minas.

Na oportunidade, registra-se pontos de retificação no conteúdo dos 3 relatórios, a saber:

- Na Introdução dos 3 relatórios há um parágrafo que explicita sobre o encerramento das atividades do Programa no município de Tocantins. Entende-se que essa informação só necessita constar no primeiro relatório que marca o acontecimento;
- No relatório referente ao mês de abril, contém o seguinte trecho: *“Em 28 de abril foi realizada a 15ª reunião da Comissão de Prevenção à Criminalidade de Alfenas, em continuidade à execução da fase de construção do Plano Municipal de Prevenção. A reunião foi realizada por meio de videoconferência e reuniu 6 participantes de 17 diferentes instituições do município”*. Retifica-se a informação, o número de 17 instituições, na verdade, é o número total de instituições que são representadas na Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade (CMPC), segundo normativa que a instituiu, e não o número de instituições que estiveram presentes na reunião em questão.
- Algumas informações têm se apresentado repetitivas em vários relatórios, sem nenhuma informação adicional ou análise distinta para o mês de referência. Exemplo é o tópico do relatório intitulado *“Cadastro da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade”*, que aparece com o mesmo conteúdo em todos os relatórios.

Área Temática 9: Gestão da Parceria

Indicador 9.1: Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica

Meta: 100%

Resultado: 100%

Os servidores Gleysiane Diniz (supervisora), Fábio Costa (supervisor adjunto) e Beatriz Barbosa (representante do jurídico do OEP) estiveram presencialmente na sede do Elo no dia 13/08/21. O servidor Marcus Resende, na ocasião, analisou previamente todos os processos digitalizados de rescisões de pessoal encaminhados pelo Instituto Elo por e-mail.

A partir da metodologia definida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, a amostra deveria conter, no mínimo, 41 processos. Contudo, a Comissão analisou 44 processos, incluídos todos os processos de rescisão dos trabalhadores no período.

O Relatório de Checagem Amostral apresentou quatro processos que continham algum tipo de inconformidade ou ausência de documentação comprobatória. A checagem de efetividade foi realizada em 23/08/21 e a justificativa do Instituto Elo foi encaminhada via e-mail.

Todos os processos pendentes foram sanados, restando a nota final 10, correspondente ao conceito “muito bom”.

Indicador 9.2: Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão

Meta: 100%

Resultado: -

A Comissão de Monitoramento registra as dificuldades existentes no cumprimento dos prazos estabelecidos pelas legislações atinentes ao Contrato de Gestão, haja vista tratar-se de uma política pública de grande abrangência estadual, com várias ações a serem monitoradas, grande aporte de recursos públicos a serem fiscalizados e restrições impostas pela pandemia.

Ressalta-se ainda que a referida Comissão preza, sobretudo, pela qualidade dos trabalhos de fiscalização e monitoramento da parceria em detrimento dos cumprimentos de prazos. Desse modo, ainda que alguns prazos não foram cumpridos tempestivamente, todas as ações de monitoramento e fiscalização definidas na legislação e no Contrato de Gestão foram realizadas.

De todo modo, a Comissão vem envidando todos os esforços necessários para o regular exercício de suas competências.

4 – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência:

		Realizado								
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	TOTAL	Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
1	Entrada de Recursos	01/01/2021 a 31/01/2021	01/02/2021 a 28/02/2021	01/03/2021 a 31/03/2021	01/04/2021 a 30/04/2021	01/05/2021 a 31/05/2021	01/06/2021 a 30/06/2021			
1.1	Receitas									
1.1.1	Repasses do Contrato de Gestão	4.456.575,70	-	3.913.227,76	-	-	-	8.369.803,46	48,98%	8.717.853,89
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	600,00	-	-	600,00	1.200,00	2.400,00	-	(2.400,00)
1.1.4	Outras Receitas	-	325.157,28	-	-	15,46	-	325.172,74	-	(325.172,74)
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	9.349,88	7.550,45	11.727,74	14.387,88	19.957,65	19.731,60	82.705,20	100,00%	-
(E) Total de Entradas:		4.465.925,58	333.307,73	3.924.955,50	14.387,88	20.573,11	20.931,60	8.780.081,40	51,14%	8.390.281,15
2	Saída de Recursos								Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
2.1	Gastos com Pessoal									
2.1.1	Salários	754.182,07	796.254,04	774.042,52	805.986,22	797.442,29	794.882,59	4.722.789,73	93,06%	352.343,67
2.1.2	Estagiários	1.577,36	1.006,34	1.330,19	1.329,33	1.336,00	1.336,00	7.915,22	3,68%	206.980,78
2.1.3	Encargos	314.981,24	633.598,52	307.106,64	317.222,89	321.281,57	315.880,49	2.210.071,35	109,20%	(186.267,27)
2.1.4	Benefícios	106.714,15	193.315,35	253.500,15	206.308,33	245.209,76	251.955,85	1.390.073,35	89,66%	160.317,11
Subtotal (Pessoal):		1.177.454,82	1.624.174,25	1.335.979,50	1.330.846,77	1.365.269,62	1.364.054,93	8.330.849,65	93,98%	533.374,29
2.2	Gastos Gerais	114.815,77	138.096,78	117.130,68	40.074,23	50.763,46	84.904,26	545.785,18	19,85%	2.203.954,82
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	6.762,00	-	-	-	6.762,00	-	(6.762,00)
2.4	Reserva de Recursos	9.349,88	7.550,45	11.727,74	14.387,88	19.957,65	19.731,60	82.705,20	100,00%	-
(S) Total de Saídas:		1.301.620,47	1.769.821,48	1.471.599,92	1.385.308,88	1.435.990,73	1.468.690,79	8.966.102,03	76,66%	2.730.567,11

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado			Realizado (/) Previsto
		Valor	Acumulado dos Períodos Anteriores	10º Relatório Gerencial Financeiro	Total	
1	Área Meio - Atividades e Gastos	661.020,00	137.881,31	200.352,80	338.234,11	51,17%
2	Oficinas do Fica Vivo!	4.099.420,00	242.397,48	81.661,69	324.059,17	7,91%
3	Capacitações da equipe contratada	-	-	-	-	-
4	Deslocamento da equipe contratada	32.670,00	4.571,00	-	4.571,00	13,99%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	82.960,00	-	-	-	-
6	Projetos de Prevenção à criminalidade	600.602,00	-	-	-	-
7	Olimpíadas do Fica Vivo!	-	-	-	-	-
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	38.500,00	1.472,04	-	1.472,04	3,82%
9	Ações do Programa Se Liga	132.000,00	2.487,90	1.800,00	4.287,90	3,25%
10	Fóruns Multiterritoriais	200.000,00	-	-	-	-
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	49.440,00	-	-	-	-
Total		5.896.612,00	388.809,73	283.814,49	672.624,22	

4.1 – ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo por e-mail em 09/07/21. Além disso, todos os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade entre os gastos previstos na Memória de Cálculo do Contrato de Gestão.

Do total de saídas realizadas até o 10 período avaliatório, foi executado 76,66% do previsto.

A Comissão de Monitoramento reitera a necessidade do Instituto Elo, no qual executa outras parcerias com o Estado, e recentemente novo Contrato de Gestão com a SEJUSP, por meio da SUASE - Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo, de sempre observar a possibilidade de rateio de despesas entre os contratos, conforme ordenamento jurídico vigente.

5 – DAS RESPONSABILIDADES DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Conforme art. 49 do Decreto nº 47.553/2018 esta Comissão atesta o cumprimento da realização das seguintes responsabilidades relativas ao contrato de gestão:

I - foi realizada visita à OS e ao local de execução das atividades do contrato de gestão;

II - foi verificada a adequação das despesas ao objeto do contrato de gestão, os documentos fiscais, trabalhistas, previdenciários da OS, extratos bancários saldos das contas vinculadas ao contrato de gestão e outros que se fizerem necessários;

III - foram verificados os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações;

IV - foram verificadas fontes de comprovação dos indicadores e produtos apresentados pela OS, atestando a coerência quanto ao disposto no contrato de gestão e ao cumprimento das metas;

V - foi verificado o registro patrimonial e o estado que se encontram os bens;

VI - foram realizadas checagens amostrais e de efetividade para verificar a conformidade da execução das despesas realizadas pela OS com os regulamentos internos da entidade;

VII - foram realizadas recomendações à OS sobre a execução do contrato de gestão, bem como requisições administrativas;

VIII - foram propostas medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, nos limites de suas competências preconizados pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018. Ademais, informa também que vêm qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio de servidores técnicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e funcionários do Instituto Elo.

Belo Horizonte, data de assinatura.

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

Fábio César Araújo Costa

Supervisor Adjunto do Contrato de Gestão nº 002/2019

Beatriz Barbosa Pena Camargo

Representante da Unidade Jurídica do OEP

Marcus da Silva Resende

Representante da Unidade Financeira do OEP



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Cesar Araujo Costa, Servidor**, em 04/11/2021, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 04/11/2021, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus da Silva Resende, Servidor**, em 04/11/2021, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Barbosa Pena Camargo, Assessor(a)**, em 04/11/2021, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37453245** e o código CRC **7DF2A395**.

